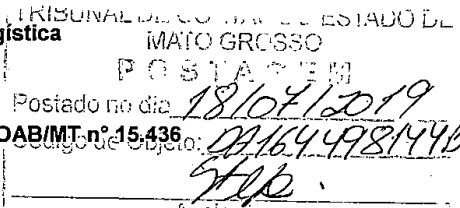


Ofício nº : 715/2019/NCCS

Ao Senhor
CINÉSIO NUNES DE OLIVEIRA
Ex-Gestor da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Avenida Ponta Porã, nº 734 – Bairro Jardim Mato Grosso
Rondonópolis – MT
CEP: 78740-378
PROCURADOR: MAURÍCIO MAGALHÃES FARIA NETO – OAB/MT nº 15.436

Cuiabá, 17 de julho de 2019



Prezado Senhor,

Conforme Acórdão nº 3640/2015-TP, publicado no Diário Oficial de Contas – TCE/MT do dia 01/02/2016, processo nº 29718/2014, este Tribunal julgou regulares as Contas Anuais de Gestão, relativas ao exercício de 2014 da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, determinou a restituição aos cofres públicos estaduais do valor de R\$3.169,77 e aplicou-lhe a multa de 198 UPFs/MT acrescidas do valor correspondente à 10% sobre o valor do dano ao erário.

Foi constatado a interposição de embargos de declaração nº 33146/2016, ao qual foi negado provimento por meio do Acórdão nº 180/2016-TP, recurso ordinário nº 94838/2016, ao qual foi negado provimento e recurso ordinário nº 33464/2016, ao qual foi dado provimento parcial, no sentido de julgar **irregulares** as Contas Anuais de Gestão, ambos por meio do Acórdão nº 364/2019-TP.

Diante do exposto, de acordo com a competência estabelecida na Portaria nº 030/2014, **notifico** Vossa Senhoria quanto ao seguinte:

– Determinação de **restituição** de valores aos cofres públicos estaduais: Em consonância com a Resolução Normativa nº 02/2013-TCE/MT, o valor foi atualizado pelo índice de inflação oficial (IPCA) até a presente data, totalizando **R\$4.137,70, vencível em 01/09/2019**, devendo ainda ser corrigido monetariamente na data do efetivo recolhimento. Deverá ser encaminhado o comprovante de restituição, total ou parcelado, no prazo de 15 (quinze) dias após o prazo de vencimento; e,

– Aplicação de **multa de 202,03 UPFs/MT (198 + 10% sobre o valor do dano causado ao erário)**: Deverá ser recolhida ao Fundo de Reparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **vencível em 01/09/2019**. Será aplicado o fator de redução de 45% sobre o valor da UPF/MT vigente na data de sua quitação, conforme Resolução nº 07/2014. O respectivo boleto se encontra disponível no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas – www.tce.mt.gov.br/fundecontas. O recolhimento da multa por boleto bancário desobriga o responsável de sua comprovação. A multa poderá ser parcelada, desde que preencha os requisitos elencados no art. 290, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT.

Caso os débitos não sejam quitados, os autos serão encaminhados ao órgão competente para a propositura de execução judicial, nos termos dos arts. 293, *caput*, e 294, *caput*, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT (com redação dada pela Resolução Normativa nº 20/2010).

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

MARCIA ELIANA SILVA ESPÍRITO SANTO

Coordenadora do Núcleo de Certificação e Controle de Sanções, em substituição legal

